Deputados, Eleitores e Mídia.

Luciana Fernandes Veiga¹

Carolina de Paula

O objetivo dessa comunicação é analisar a relação entre os deputados e os eleitores pela intermediação midiática. Trata-se de parte dos projetos de pesquisa *A construção de sentido para o comportamento parlamentar: o desafio de descobrir os deputados*², sobre a 15ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP (2003 a 2006), e *Comportamento eleitoral e mídia nas eleições de 2006*. As análises aqui apresentadas ainda estão em um estágio inicial.

Muitos estudos sobre o legislativo brasileiro já foram apresentados, contribuindo para avanços sobre os temas padrão de produção legislativa, comportamento partidário e a relação com o Executivo. No entanto, em poucos trabalhos verifica-se a preocupação com a relação do parlamentar com os seus eleitores.

A nossa questão surge da percepção de que todo deputado busca se reeleger, se não para a mesma casa, para o Legislativo Federal ou mesmo para um cargo no Executivo. Desta forma, eles continuam atentos ao longo de todo o mandato com a sua imagem junto aos eleitores. Mas enfim como eles se relacionam com os seus eleitores? Partimos do pressuposto que a mídia é a grande responsável pela intermediação entre as esferas de tomada de decisão/poder – no caso os parlamentares - e o cidadão comum – os eleitores.

Sobre a relação do deputado com a mídia busca-se responder: 1) Qual a importância que o parlamentar dá para a mídia em um processo democrático?; 2) Como ele avalia a cobertura da imprensa em relação à ALEP?; 3) Como ele vê a importância da mídia para a sua carreira política?; 4) Como avalia o espaço e tratamento que a mídia dá a ele?

Como já foi mencionado, os dados utilizados nessa pesquisa originam-se de dois outros trabalhos. No caso da avaliação da percepção dos deputados, foram realizadas entrevistas em profundidade com 42 dos 54 componentes da ALEP no primeiro semestre de 2006. Cabe esclarecer que todos os 54 deputados da ALEP foram abordados pelas entrevistadoras em seu gabinete pelo menos quatro vezes. No entanto, ainda assim, 12 deputados não se colocaram à disposição para a entrevista.

A opção por uma abordagem qualitativa sustenta-se na idéia de que para melhor entender o debate presente na academia é preciso investigar os discursos dos próprios deputados. A partir de relatos, opiniões e explicações elaboradas pelos próprios atores é possível investigar suas atitudes políticas no parlamento.

¹ Luciana Fernandes Veiga é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e pesquisadora colaboradora do Doxa/Iuperj. Carolina de Paula é aluna de graduação do curso de Ciências Sociais e bolsista de iniciação científica do CNPq. Grande agradecimento às pesquisadoras Angel Miríade, Rossana Freitas e Sandra Avi, que também realizaram as entrevistas com os deputados.

Quanto aos procedimentos práticos, as entrevistas foram realizadas pelas autoras e mais três pesquisadoras. Elas tiveram uma duração média de uma hora, sendo realizadas no gabinete do deputado ou em um canto mais reservado do próprio plenário. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado, sendo gravadas em áudio, com a permissão do entrevistado. Foram abordados os seguintes temas no roteiro: 1) Trajetória de vida; 2) Inserção na política partidária/eleitoral, a escolha do partido, mudança ou permanência no partido; 3) Trajetória política até chegar à Assembléia; 4) Função de deputado; 5) Relação com os outros parlamentares, o partido e sua liderança, a mesa diretora, e o Executivo; 6) Relação com os eleitores; 7) Mídia. No decorrer das entrevistas os deputados falavam espontaneamente de sua relação com os eleitores e quais as estratégias de conexão com os mesmos.

Sobre a relação do cidadão com o deputado busca-se responder: 1) Grau de conhecimento da função do deputado, 2) Grau de conhecimento da ALEP, 3) Grau de conhecimento dos deputados, 4) Anseios sobre o deputado ideal, 5) Hábito de informação sobre a política e particularmente sobre a Assembléia Legislativa, 6) Avaliação do trabalho da mídia na cobertura da ALEP, 7) Processo de decisão do voto a partir de tais informações.

No caso da percepção dos eleitores comuns foi realizado um painel com três entrevistas com cada um dos 20 participantes no período de agosto a outubro do mesmo ano. Também foi adotada a metodologia qualitativa.

A organização do trabalho vai se dar da seguinte maneira. Em um primeiro momento busca-se apresentar alguns conceitos a serem utilizados nesse *paper*, ganhando evidência o trabalho de David Mayhew (1974) e o seu conceito de conexão eleitoral. A seguir, busca-se analisar o comportamento dos parlamentares, de tal estudo resultará uma tipologia. Em seguida, a investigação sobre o uso que os deputados fazem da mídia. A seguir, o objetivo é identificar como os eleitores vêem e avaliam a Assembléia Legislativa do Paraná e os deputados e como elaboram a sua decisão para o voto. Será apresentada então uma tipologia sobre o comportamento do eleitor e sua relação com os deputados. Ao final, o objetivo é que se faça uma associação entre o tipo de deputado e o uso que ele faz da mídia e ainda o efeito de tal estratégia no comportamento do eleitor.

As declarações dos deputados e eleitores a serem inseridas no texto não trazem os nomes dos mesmos, na medida em que lhes foi assegurado o anonimato.

1. Conexão Eleitoral.

Penso em minha reeleição para deputado estadual e em Foz do Iguaçu. (deputado municipalista)

Quando na introdução foi mencionado que parte-se do princípio que os deputados tendem a buscar a reeleição, caminha-se em direção aos estudos de Mayhew (1974). De acordo com Mayhew: a) Os deputados são orientados para a reeleição; b) Há um vínculo entre a atuação

parlamentar e a estratégia de reeleição; c) As ações parlamentares podem estar relacionadas com tomadas de posição (*talking points*) sobre temas importantes, distribuição e reivindicação de autoria de tais benefícios (*credit claming*) e propaganda (*advertising*).

Para o autor, a atividade parlamentar ou executiva é pautada pelo desejo de reeleição dos representantes. A conexão eleitoral seria o vínculo estabelecido entre o detentor do mandato eletivo e seus eleitores. Assim, quem visa à reeleição precisa se preocupar prioritariamente com a conexão eleitoral.

O vínculo pode ser reforçado no momento de campanha com apelos retóricos, distribuição de benefícios imediatos ou com promessas sobre o futuro. Mas ainda é possível nutrir tal relacionamento ao longo do mandato eletivo. No caso do parlamentar, o apoio do representante para o representado pode ser manifesto através de tomadas de posição política ideológica ou através de prestação de serviço. Ou seja, tem-se a relação entre desempenho do mandato anterior e possibilidade de sucesso de reeleição ou eleição para outro cargo e, da mesma forma, a ligação entre projeto de carreira eleitoral e atividade parlamentar.

A prioridade na estratégia de tomadas de posição é em geral adotada por deputados que chamaremos aqui de universalistas, que se destacam por suas atitudes e discursos sobre questões de interesse público e de todo o estado. Em geral, se posicionam em relação ao Executivo, podendo ser a favor ou contra. Como veremos posteriormente, o deputado que prioriza tal estratégia depende muito da imprensa estadual para que ela possa dar visibilidade ao seu trabalho.

A prioridade na estratégia de distribuição e reivindicação de autoria de benefícios é adotada pelos deputados que chamaremos aqui de municipalistas. Nesse caso, interessa ao deputado ativar a crença junto aos eleitores de que devido à sua intervenção junto ao Executivo, recursos ou políticas públicas que beneficiam o seu reduto foram alocadas. Os benefícios podem ser distribuídos enquanto políticas públicas (*pork barrel*) ou enquanto recursos particularizados (*casework*).

Assim como os universalistas, os deputados que priorizam a distribuição e reivindicação de autoria de benefícios precisa dar visibilidade para as suas ações. Quando o deputado age mais no sentido de levar para o seu reduto benefícios na forma de políticas públicas é muito importante que ele tenha acesso à mídia local. Essa precisa noticiar o empenho e o resultado do trabalho do deputado no beneficiamento da região.

A estratégia de propaganda, *advertising*, é adotada por todos os parlamentares, pois eles necessitam dar visibilidade ao seu trabalho. O que será demonstrado detalhadamente é que o uso que eles fazem da mídia é diferenciado.

A necessidade do representante em manter-se em contato com sua base motiva e é motivada pela *accountability*, enquanto “prestação de contas”.

2. Mídia e accountability

Incorporar a mídia ao debate referente à forma com a qual eleitores e deputados se relacionam permite, ou até mesmo exige, que a discussão da *accountability* seja colocada. Como vivemos numa sociedade em que a organização política se dá de maneira representativa, a questão da “prestação de contas”, ainda que na prática não seja realizada da melhor forma, é exigência da perpetuação do regime.

A vasta literatura sobre a questão explora uma série de condições para que a *accountability* seja alcançada com sucesso, porém, como nosso objetivo aqui não é pormenorizar o conceito, usaremos a definição recorrente de O’Donnell (1998) de *accountability* vertical – pressupõe uma ação assimétrica entre representantes e representados existindo a necessidade dos segundos “controlarem” os primeiros, basicamente via eleições – e *accountability* horizontal – pressupõe uma relação entre iguais, essencialmente pelo mecanismo de *checks and balances* entre os três poderes do estado.

Para alguns autores³, a dimensão vertical de O’Donnell centrada apenas em eleições, em última instância no voto, não constituiria uma efetivação da *accountability*, já que, para um governo ser de fato representativo, precisaria minimamente contar com cidadãos qualificados quanto às escolhas políticas.

Lattman-Weltman (2001) quando sugere incluir a mídia na discussão acima, ressalta que na dimensão vertical é necessário distinguir “a participação dos representados enquanto consumidores de informação de sua participação enquanto produtores de informação” (id., p.8). A relação entre deputados e eleitores – nossa principal questão de análise ao longo do texto –, quando observada pela intermediação midiática perpassa ambas as formas de participações destacadas pelo autor.

Os eleitores enquanto consumidores utilizam as informações disponíveis através da mídia para avaliar, comparar, julgar, enfim, se posicionar – positivamente ou não – frente ao representante/candidato, já enquanto produtores da informação os eleitores utilizam a mídia para serem ouvidos, o papel da mídia seria explicitar “opiniões”, genericamente falando, e visões de mundo até o representante/candidato. Em outras palavras, o vetor da conexão midiática partiria no primeiro caso do político para o eleitor, e no segundo caso do eleitor para o político.

Seria a mídia nesse caso um mecanismo para o aumento da *accountability*? Se pensarmos nos dois eixos da “Poliarquia” de Dahl (1997) – participação política e institucionalização – é possível dizer que sim, ao menos quanto ao eixo da participação, já que, a questão da circulação da informação seria uma das oito condições institucionais para um governo receber a classificação de poliárquico. Faz-se necessário ressaltar que a lógica inversa não se aplica, ou seja, a *accountability* não depende exclusivamente da variável mídia. É preciso reconhecer que

³ MANIN, B; PRZEWORKSKI, A; STOKES, S. “Eleições e representação”. São Paulo, **Lua Nova**, nº 67, 2006.

vincular a mídia, enquanto meio de informações, à participação política não garante que a *accountability* obtenha sucesso ou mesmo seja ampliada, já que tanto o conteúdo dessas informações quanto a recepção dos eleitores depende de uma complexa série de elementos externos a ela.

Se aceitarmos a idéia em voga que passamos por uma “crise de representação”, entender o vínculo entre eleitores e políticos, no nosso caso, deputados estaduais, a chave analítica da intermediação midiática, pode ser uma forma de identificar quais as estratégias utilizadas pelos *agentes* para se relacionarem com a mídia e posteriormente romperem com a “apatia” dos eleitores diante dos assuntos relativos à esfera política. Quanto aos *principais* a intermediação midiática pode ser pensada com duas finalidades, (1) a obtenção de informações para “calcular” o seu voto e (2) e o potencial atendimento, ao menos a publicização, das suas demandas.

Dessa forma, a mídia seria um importante mecanismo para *accountability* vertical, se quisermos, é claro, continuar a discussão inseridos no modelo real de democracia representativa que temos, contemplando possibilidades de “prestação de contas” e aproximação entre *agentes* e *principais* não apenas no momento de depositar o voto – tal como sugerido por O’Donnell – mas também nos interstícios eleitorais.

3. A tipologia dos deputados de acordo com a sua ação/estratégia parlamentar.

A seguir será apresentada uma tipologia dos deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, fortemente inspirada no uso das estratégias parlamentares apresentadas por Mayhew (1974) ao tratar da conexão eleitoral. Foram classificados como assistencialistas e municipalistas os deputados que priorizam as estratégias de distribuição e reivindicação de autoria de benefícios (podendo ser via *casework* ou *pork barrel*) em detrimento da estratégia de tomada de posição. Já os universalistas são os deputados que priorizam a função de tomada de posição, em detrimento da distribuição e reivindicação de autoria de benefícios.

Gráfico 1 - Tipologia dos deputados

Assistencialistas -----Municipalista ----- Universalista		
Assistencialistas	▶	Priorizam o <i>casework</i> (favores ou vantagens oferecidos a indivíduos).
Municipalista	▶	Priorizam o <i>pork barrel</i> (distribuição de benefícios particularizados na forma de políticas públicas)
Universalistas	▶	Priorizam a <i>position taking</i> .

Entre os 42 deputados entrevistados, 38 foram classificados em cada um dos tipos e quatro parlamentares não se encaixaram em qualquer um deles. Entre esses quatro parlamentares, havia o atual e o ex-presidente da Assembléia. É curioso perceber, como tais

deputados que a princípio poderiam ser classificados como universalistas, também sabem adequar suas atitudes e decisões diante das demandas dos colegas municipalistas e assistencialistas. Outros dois parlamentares demonstraram desilusão com o cargo e a ALEP, colocando-se totalmente à margem de tudo que acontecia no Legislativo.

Cabe ressaltar que a classificação proposta foi baseada exclusivamente nos relatos dos deputados para as entrevistas em profundidade. O passo seguinte – que ainda não consta nesse *paper* - é analisar tal classificação a partir do levantamento da produção legislativa dos parlamentares. A idéia então será relacionar o discurso em que o deputado apresenta à sua visão sobre a própria atitude na ALEP com o resultado do trabalho propriamente dito.

Os doze parlamentares que não participaram da pesquisa também serão classificados de acordo com a sua produção legislativa. Como não existe, por enquanto, um controle do perfil daqueles que se negaram à participação, é prudente não se ater muito à distribuição numérica de deputados por tipo. Por enquanto, sabe-se apenas que a maioria deles era da base governista. Feitas as ressalvas, tem-se a apresentação da classificação.

Quadro 1 – Classificação dos deputados estaduais da ALEP.

Assistencialista
05 deputados
Municipalista
09 deputados
Universalista
24 deputados
02 Presidentes da Casa
02 Deputados excluídos

No caso da ALEP, a maioria dos deputados assistencialistas eram radialistas ou tinham uma rádio. Em geral, foi no rádio ou na televisão, que eles acumularam capital social que foi revertido em votos no momento da eleição. De verdade, o veículo de comunicação é o partido que possuem. O partido político é, de fato, apenas um instrumento para que possam se candidatar. Afinal, são pessoas conhecidas, com acesso aos meios de comunicação e não precisam de muita ajuda institucional. Por terem uma leitura muito personalista de sua vitória eleitoral, acabam transferindo tal atitude para o comportamento parlamentar. Para ele, ficar do lado do governador é uma condição para a sobrevivência. Tais políticos priorizam a distribuição de favores ou vantagens a indivíduos às demais atividades parlamentares.

Eu estava no ar, quando ao ver que o povo estava sendo muito mal atendido pelos políticos, eu falei: Eu vou me candidatar para deputado. Comecei a brincar com isso e acabou ficando sério. (Deputado Assistencialista)

O meu partido depende da cidade. Quando eu estava em XX., eu era PMDB. Depois fui para XX., lá o dono da rádio era PDT, então eu fui para o PDT. Quando eu fui para XX, o dono da rádio era do PFL, então eu fui para o PFL. Já em XX, eu não podia mais voltar para o PMDB, então fui para o PSC. Depois me elegi prefeito pelo PSDB e agora, deputado pelo PRP, PPR. (Deputado Assistencialista)

Eu faço programa de rádio lá na minha cidade. A XX. da XX. nunca parou. Ela é uma instituição, que atende as pessoas mais humildes. É um programa de rádio que vai ao ar das 06hs às 09hs da manhã para três emissoras. (...) a gente tem um grande trabalho social, faz ajuda, pede ajuda das e para as pessoas. Agora nós estamos modernizando, como eu te falei, dentro da idéia do rádio modernizar. Agora eu tenho um motorhome, um ônibus antigo que eu levo para as cidades. O meu programa só é gravado na rádio na segunda-feira. De terça a sábado, é nos bairros da minha cidade ou nas cidades vizinhas. Então eu encosto o ônibus no bairro, ligo o som, ligo a linha de luz, ligo a linha de telefone e faço o programa do bairro, dentro do ônibus. (Deputado Assistencialista)

Eu nunca posso ser líder. Eu vou e volto todo dia, estou no rádio, não tenho condições.(...)Tem que ter tempo para dedicar à liderança.(Deputado Assistencialista)

A votação no plenário, eu faço pela liderança do governo. O governo tem me atendido. Tem atendido o que o meu povo quer. Então eu voto com a bancada. (...) Eu vim representando aquele povo mais pobre e eu voto pelo interesse deles. (Deputado Assistencialista)

Eu voto sempre o orçamento de acordo com o Estado. Faço algumas emendas até para eu depois buscar alguns recursos. Daí eu consigo liberar recursos para a cidade. (Deputado Assistencialista)

Embora a primeira categoria se empenhe mais nas realizações de favores individuais do que no *pork barrel*, nota-se que assistencialistas e municipalistas são tipos muito próximos. Municipalistas levam orçamentos para as prefeituras e também fazem atendimentos particulares. E assistencialistas também podem levar recursos para as prefeituras. A lógica que permeia a ação parlamentar é que em última instância a prioridade é para a alocação de recursos junto ao Executivo Estadual. Assim, votar com o Executivo é votar pelo povo, na medida em que se passa a ter mais acesso ao orçamento. E assim, não há qualquer desvirtuamento do papel do parlamentar.

Na assembléia cada um se insere de uma maneira. Uns ingressam com discursos, outros, com projetos. O deputado quando é municipalista como eu – eu atendo mais de 40 municípios – o resultado do trabalho, a satisfação do eleitor é maior quando a gente libera recursos para os municípios. Por exemplo, quando a gente libera para fazer um asfalto, aí todo mundo fica feliz. Libera para fazer uma creche, uma escola, aí o eleitor fica feliz. É basicamente isso. (Deputado Municipalista)

Eu voto com o governo porque sou um deputado municipalista e atendo meu povo. Voto naquilo que é bom para os municípios, por isso, sou da base de sustentação do governo. (...) Os governos que passaram sabem que eu sou fiel e companheiro. (Deputado Municipalista)

Veja só, o eleitor te procura para tudo. Desde comprar um quilo de arroz, pagar luz, água, gás, fazer casa, comprar geladeira e fogão. Tudo isso eles pedem!(Deputado Municipalista)

Sábado, eu fui a um município pequeno e entregamos 84 casas que vão atender 84 pessoas. Para mim, isso é motivo de alegria. Fui lá, falei, cantei, levei banda... (Deputado Municipalista)

Nota-se que tais deputados são cobrados por seus eleitores. Desta forma, precisam levar os benefícios e ainda dar visibilidade para suas conquistas, tal como sugeria Mayhew (1974) ao falar do papel da propaganda.

Parlamento para quê? Para fazer leis, para fiscalizar o poder Executivo e paternalismo. Aqui tem muitos deputados que atuam com paternalismo porque é difícil para quem é deputado no interior. Lá se você atende 100 casos e deixar de atender um, isso faz um estrago no município que você nem imagina. (Presidente da Casa)

Então, eu diria que eu me comporto como o povo quer. O povo quer um deputado social, que está na cidade todo dia. Todo dia eu vou para XX e volto. Que está nos bairros, mas também está aqui brigando por recursos. É isso, um trabalhador competente. (Deputado Assistencialista).

Veja bem, a função específica do deputado pode ser legislar, fazer leis. Infelizmente, a política não é assim principalmente para os deputados do interior. Nós temos que fazer atendimento público, pois as pessoas me procuram, sabem onde eu moro, conhecem minha casa e fazem reivindicações. Eu tenho uma casa de apoio que normalmente tem de 10 a 15 pessoas que ficam, comem e dormem. Faço internamento em hospitais, cirurgias e tudo de graça. Quer dizer, é um atendimento a parte que o deputado faz. Tudo isso é normal. (Deputado Municipalista)

Enquanto nas categorias dos assistencialistas e municipalistas só foi possível encontrar deputados da base aliada, entre os universalistas foi possível constatar a presença dos oposicionistas, mas também aliados. Para esses, as principais funções dos parlamentares seriam legislar, apresentar projetos de lei, e fiscalizar o governo. No entanto, percebem que as suas potencialidades enquanto legisladores são restritas, pois cabe à Câmara dos Deputados ou ao Executivo a prerrogativa de legislar sobre os principais aspectos da vida pública dos cidadãos. Desta forma, o foco termina por centrar-se na fiscalização. Em geral, tais parlamentares repudiam a ação dos assistencialistas e municipalistas. Afinal, os universalistas pagam um preço caro por manter-se fiel aos seus partidos na oposição.

A primeira dificuldade que você tem quando você chega à Assembléia é perceber que você é um poder reivindicatório. Nós não somos um poder com possibilidades de fazer as coisas acontecerem de maneira imediata. Nós temos que representar a população, mas não temos orçamento para executar. (...) Porque embora a gente pense em colocar alguns projetos, às vezes, nós não temos competência para fazer. Nós não podemos legislar, por exemplo, sobre a receita do estado. Outro dia eu propus um projeto em que o estado renunciava o ICMS dos carros para famílias com deficientes. Foi barrado porque interfere na arrecadação de receita e eu não posso fazer isso. (deputado universalista).

A legislação que pode ter efeito ou interesse econômico para a sociedade é a federal. Na Assembléia Legislativa, o espaço para a legislação é muito estreito. (Deputado Universalista)

A nossa função é legislar, criar leis ou mecanismos para melhorar a qualidade de vida da população, de debater os assuntos que estão em voga na sociedade. Mas, principalmente de fiscalizar. Eu entendo que quem ganha governa e quem perde, fiscaliza. (Deputado Universalista)

Nós sabemos que existem aqui aquelas pessoas que acham que o deputado deve liberar verba para o município, que deve levar o cheque para o prefeito. Eu não tenho essa conduta. Acho que nós precisamos amadurecer para atingir o estágio da democracia em que o deputado é feito para legislar, para fiscalizar e para ser um poder independente do executivo. (Deputado Universalista)

A maioria aqui dentro tem uma posição de defesa do governo, muitos tiveram uma posição de leniência, extremamente fisiológica. (Deputado Universalista).

Constata-se que os deputados são de fato motivados pelos anseios de reeleição ou eleição para outros cargos eleitorais. Diante de tal expectativa e diante das atitudes e demandas do eleitorado, há grande incentivo para que os parlamentares desejem o orçamento estadual, mas restrições constitucionais impedem tal acesso. A partir das entrevistas, podemos perceber que diante de tal limitação restam aos deputados duas possibilidades. (1) O parlamentar decide delegar ao Executivo às principais decisões legislativas, apoiando-as, enquanto negocia liberação de emendas e orçamentos, restringindo a atenção às suas bases. Não há dúvidas, que tal atitude enfraquece o Legislativo enquanto uma instituição fiscalizadora. Isso foi constatado nos depoimentos dos deputados que priorizam as estratégias de *credit claming*. (2) Já os universalistas, particularmente aqueles opositoristas, adotam como estratégia a fiscalização do governo e a apresentação de projetos que sejam indiscutivelmente bons para a sociedade. Os deputados universalistas se sentem desafiados. Cabe esclarecer que a relação dos universalistas com o governo é de independência para apoiar ou se opor.

Com sete deputados na oposição, a gente fica sempre meio tolhido aqui dentro. Mas ainda assim, eu consegui aprovar a lei 14.400 que cria a escola em tempo integral no estado do Paraná. (...) Aprovei também a lei que inclui a disciplina de informática nas escolas estaduais, lei 14.399/04. Tive atuação preponderante nas denúncias de superfaturamento na compra de copos de água descartáveis por parte da associação dos servidores da SANEPAR. Muitos envolvidos foram demitidos. Isso também é uma vitória. (...) Eu tenho uma relação de respeito e crítica ao mesmo tempo. Não sou da base de sustentação e também não sou da turma do quanto pior, melhor. Sou o representante do povo nesse parlamento. (Deputado Universalista)

Sendo governo ou oposição, o deputado tem três funções: legislar, fiscalizar o uso do dinheiro público e ajudar na organização da sociedade. Dentro da democracia, essa é a função do parlamento. É uma necessidade que não se tenha apenas deputados que façam programas de rádio, distribuam cestas básicas e benefícios diretos para o eleitor. (...) O meu projeto mais importante está na Casa para ser votado. Ele define o que pode ser considerado gastos com a saúde pública, já que a constituição estabelece o gasto de 2% do orçamento com a saúde. Agora o governo considera gasto com os funcionários da SANEPAR como sendo gasto com a saúde. No meu projeto proponho que gasto com a

saúde pública é gasto com o SUS. Caso contrário, tudo é saúde. É um projeto que está para ser votado. Já votamos na primeira, mas é um sacrifício! Se em um mandato inteiro conseguirmos aprovar isso, já terá sido uma vitória. (Deputado Universalista)

4. Os tipos de deputados e a relação que estabelecem com a mídia

Todos os deputados consideram a mídia importante para a consolidação da democracia, para o melhor desempenho dos governos, para o aumento da efetividade dentro da ALEP e para as suas carreiras políticas. A mídia é o canal por excelência para a “prestação de contas”, *accountability*, necessária para a democracia e também para o resultado eleitoral no pleito seguinte. Não é à toa, que Mayhew (1974) considerou a propaganda, a divulgação da imagem e do trabalho do deputado uma das principais, e mais comuns, estratégias na atividade parlamentar, com vista à eleição.

Percebe-se, no entanto, que os deputados também vêm na mídia uma ameaça. Acreditam que, entre os poderes, o Legislativo é aquele mais vulnerável à cobertura da imprensa. A idéia é que o Judiciário não está submetido à avaliação temporária da opinião pública via eleição e que o Executivo têm verba de publicidade para pressionar os meios de comunicação.

Constata-se, no entanto, que os diferentes tipos de deputados fazem um uso diferente da mídia. Os assistencialistas em geral têm um programa próprio de rádio ou TV. Como o seu eleitorado tende a ser a sua audiência, tais deputados embora precisem da mídia têm o privilégio de ter um canal próprio através do qual se dirigem diretamente ao seu eleitorado. Isso os torna, de certa forma, um pouco independente da imprensa. Alguns municipalistas também contam com mídia própria.

Sobre a minha dependência da imprensa, veja bem, como eu disse antes, é o jeito que cada um tem de trabalhar. Uns gostam de subir todo dia na tribuna e fazer um discurso. Eu por exemplo, não gosto de fazer discurso. Porque eu acho que não resolve e dessa maneira não vai chegar ao meu povo. O meu público é um público diferente. E quando eu quero falar com eles, eu tenho as minhas emissoras de rádio, que são quatro, e a minha televisão. Então eu vou lá e falo. (Deputado Municipalista)

No entanto, encontra-se nesse segmento as principais críticas à cobertura da mídia. Os radialistas deputados se sentem perseguidos pela imprensa estadual. A alegação é que os jornalistas sentiriam “inveja dos radialistas bem sucedidos”. Também os deputados assistencialistas que não possuem uma mídia própria sentem certo descaso dos jornalistas com eles. No entanto, não se preocupam muito, afinal não são como os universalistas que precisam do apoio da opinião pública paranaense de maneira mais geral.

Eu tenho sido muito judiado pela imprensa estadual. Sou muito massacrado por eles. Quando sai alguma coisa contra mim, eles estampam na primeira página. (...) O jornalista tem ciúme (sic.) do radialista. O sonho deles é ser o que eu sou. (Deputado Assistencialista)

Alguns jornalistas se fixam em meia dúzia de deputados. Não gostam de deputados independentes. Gostam de deputados que dão vantagens pessoais como alguns que são

funcionários de gabinete do deputado e divulgam matéria sobre ele. (...) Agora quando eles querem falar mal, eles parecem que fazem com vontade. (...) Mas na minha vida a imprensa não ajuda muito. Faço o meu trabalho para os meus eleitores e para a minha vida pessoal e partidária, pelo interesse da minha bancada. Eu não jogo para a mídia (Deputado Assistencialista)

Os deputados universalistas, tal como descreveu um parlamentar em depoimento inserido anteriormente, utilizam discursos retóricos, sobem na tribuna, se posicionam em relação aos temas e à postura do Executivo. Ao fazerem isso, cumprem o seu papel de debater os temas de questão pública. No entanto, se tais posturas não são veiculadas pela mídia não conseguem atingir o grande público. Desta forma, os deputados universalistas dependem que a imprensa leve suas atitudes e posicionamentos para além da Assembléia Legislativa, pois são esses os benefícios que podem prestar para o seu eleitorado, na medida em que priorizam a atitude de tomada de posição e não contam, ou contam pouco, com a estratégia de distribuição de recursos individualizados.

A imprensa é muito importante porque eu sou um homem público, eu exerço uma representação e eu falo em nome das pessoas que votaram em mim. Eu defendo projetos em nome dessas pessoas. A imprensa tem uma importância no sentido de divulgar aquilo que eu estou fazendo e aquilo que eu estou pensando para que a sociedade tenha essa relação de transparência com o seu representante. (Deputado Universalista)

O meu relacionamento com os jornalistas é muito bom. Eles trabalham com a informação e eu crio os fatos. (...) Na imprensa, sai mais e tem mais destaque quem tem mais informação. (Deputado Universalista)

Em suma, constata-se um maior vínculo entre deputados e imprensa estadual dentre os parlamentares universalistas.

5. Os deputados, os eleitores e a mídia.

A relação entre deputados e eleitores no Brasil tem motivado muitas discussões acadêmicas. Nesse debate, surge o argumento da falta de relação direta entre arena eleitoral e arena parlamentar na medida em que os sistemas partidário e eleitoral não demarcam um vínculo claro e forte entre o deputado e sua base. Dessa forma, sem haver uma base definida, os parlamentares sequer conheceriam os seus eleitores e suas preferências. Nas entrevistas, ficou claro que tal desconhecimento incomoda de maneira mais acentuada os deputados universalistas, que buscam a representação de idéias e valores dos eleitores, do que os demais deputados, que já conseguiram identificar o que os seus eleitores demandam. Os deputados municipalistas têm uma base pragmática e bem delimitada geograficamente, o que facilita a identificação das demandas. Ademais, tais deputados contam com uma estrutura que permite o contato de seus líderes diretamente com o eleitor.

O parlamento é uma representação da população muito enviesada, pois o voto proporcional que é a forma pela qual chegamos aqui, não nos diz o que a população espera de todos nós. Se somarmos o voto de todos que aqui estão, não dá um terço dos eleitores paranaenses. Dois terços não elegeram o seu candidato. Então você trabalha com o que você sabe que a população em geral espera: seriedade, transparência... Mas tem sempre quem queira benefícios pessoais. É, por isso, que tem gente que faz esse tipo de atendimento e se reelege aqui. (Deputado Universalista)

Eu sou deputado de Matinhos e de Diamante do Norte, que são pontos antagônicos dentro do estado. O meu gabinete atende nove regiões no estado, são 43 prefeitos atendidos. Temos líderes, ex-prefeitos, ex-vereadores dando atendimento dos mais diversos tipos. Desde a mais simples assistência social que se possa imaginar – de óculos, uma cadeira de rodas ou um internamento como você acabou de acompanhar – até um projeto regional de macro-economia. (...) Para você ter uma idéia, sabe quantos votos em tenho nessa sala? (Na sala havia três pessoas) Quinze mil votos, dez mil votos e oito mil votos. É isso que cada um deles me garante a cada eleição. (Deputado Municipalista)

Borges (2005), em seu trabalho sobre conexão eleitoral e atuação parlamentar no estado do Maranhão cita Kuschnir (2000) para apontar que 2/3 dos eleitos para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro têm suas bases eleitorais facilmente identificáveis em áreas geográficas e ainda menciona Bezerra (1999), ao chamar a atenção que deputados federais e senadores também têm suas bases eleitorais identificáveis geograficamente.

Até esse momento a análise esteve voltada para o comportamento do deputado, pensando em seu mandato e em sua relação com a mídia. A partir de agora, a idéia é focar no comportamento do eleitor. Para isso, será utilizada uma coleção de entrevistas em profundidades realizadas junto a 25 eleitores de Curitiba no período de junho a setembro de 2006. Na ocasião, foi realizado um painel – com três rodadas - para o acompanhamento do processo de decisão dos eleitores. O perfil dos entrevistados está a seguir:

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados

	18 a 35 anos	35 a 55 anos	Mais de 55 anos	Total
A2		Homem: 01		01
B1	Mulher: 01	Homens: 02 Mulher: 01		04
B2	Homens: 02	Homem: 01 Mulher: 01	Mulher: 01	05
C	Homem: 01 Mulheres: 02	Homens: 04 Mulheres: 05	Mulher: 01	13
D	Mulher: 01	Homem: 01		02

5.1) O conhecimento que o eleitor tem do Legislativo Estadual e dos deputados.

Parte dos entrevistados não soube mencionar uma palavra sequer – certa ou errada – sobre a função dos deputados. Um dos entrevistados demorou mais de cinco minutos antes de responder qual seria a função dos deputados, por fim, disse:

Deve ser fazer coisas boas. (Eleitor, classe social C, 39 anos).

Com um pouco mais de conhecimento, um grupo de entrevistados define o papel do deputado sem mencionar a produção legal e a fiscalização do Executivo. Nesse caso, o deputado tem a função de representar os interesses do município ou região junto ao governador. A principal tarefa do parlamentar seria negociar recursos para levar para o seu reduto eleitoral de forma a atender às necessidades locais e pessoais de seu eleitorado.

Ainda nesse segmento é possível identificar que parte dos eleitores acredita que o deputado deve ser como o braço direito do governador, ajudando na promoção de políticas públicas. Nesse caso, o legislativo assume uma função de auxiliar do Executivo, também sendo responsável pela gestão da saúde e educação. Nota-se que a posição de oposição é tida como um entrave para o sucesso do governador.

Ai, agora você me pegou! Não sei o que eles fazem. Defender o estado e os interesses dos municípios? Votei e nem lembro o nome do deputado!(Eleitor, classe social C, 29 anos)

Eu já fui à Assembléia, fui pedir ajuda a um deputado, não fui bem recebida, deixou a desejar. Porque eu estou com problema na família, meu marido não está podendo trabalhar. Eu precisava de um advogado de graça e não consegui. Ficou a desejar. Eu não acredito em nenhum. (...) Não, não sei qual é a função de um deputado estadual. Ontem eu estava perguntando para o meu filho e para a minha filha: Álvaro, o que é o estadual e o federal? E ele também não sabia. (Eleitora, classe social C, 60 anos).

Por quem faz para a região é que eu votar. Eu tento votar no mais próximo possível de nossa realidade, que conhece a vila e a cidade. (Eleitora, classe social B2, 31 anos)

Há um segmento dos entrevistados que sabe apontar quais são as funções dos parlamentares para além do atendimento aos eleitores - falam do papel legislativo do parlamentar, devendo o mesmo propor, discutir e aprovar leis, e fiscalizar o Executivo - mas não tem conhecimento sobre o trabalho da ALEP, sobre o que os deputados propõem e o que aprovam.

A função do deputado é fazer leis para o estado. O deputado ideal seria preocupado com a população e o bem estar dela. Mas não conheço qualquer deputado, devia até conhecer (Eleitora, classe social B1, 18 anos).

Já o grupo de eleitores melhor informado conhece as funções do Legislativo e os deputados ou o seu trabalho. Esses eleitores focam a ação legislativa e de fiscalização. Como é de se esperar, aqueles que possuem mais conhecimento tendem a ser mais exigentes e, portanto, demonstram-se muito insatisfeitos. Possuem um perfil mais universalista, fugindo da demanda do atendimento particularista dos eleitores do reduto.

Esses eleitores costumam buscar informações na mídia, mas não apenas em situações de escândalos. Quando a grande mídia não é capaz de suprir a sua demanda por informação, eles buscam conversar com conhecidos e acessar a Internet. Em época de eleição, demonstram interesse pelo material de divulgação de campanhas.

Faz-se necessário ressaltar que a atitude dos parlamentares em relação às políticas públicas de alcance estadual importa para esse segmento. Busca-se coerência partidária. O foco paroquial da atuação parlamentar não atende às demandas desses eleitores.

Fazer projetos de lei, votar e fiscalizar o governo, não é? O deputado ideal é sério, inteligente, boa cultura, cultura geral, pensa no povo, humilde. (Eleitor, classe social B1, 37 anos)

Função de um deputado é fiscalizar e legislar. O deputado ideal seria combativo, aguerrido e com posições definidas. (Eleitora, classe social C, 39 anos)

Na última legislatura o desempenho foi fraco. Os deputados foram coniventes e serviçais ao governo do estado. A Assembléia não tem que ser órgão de aval do poder Executivo. Tem que ser um órgão de fiscalização do Executivo, o que não ocorreu na última legislatura. Deputados não demonstraram capacidade de articulação nem percepção das reais necessidades do estado do Paraná e da população. (Eleitor, classe social B1, 48 anos)

A partir do conhecimento que os eleitores demonstram e da avaliação que eles fazem das funções e desempenhos na Assembléia Legislativa do Paraná, fica claro que há uma relação entre os tipos de deputados e os tipos dos eleitores. Aqueles eleitores que desconhecem a função do legislativo e aqueles que vêem o deputado como um despachante, seja para interesses pessoais ou do município, tendem a votar em deputados assistencialistas ou municipalistas. Os deputados universalistas também têm seu segmento entre os eleitores, como foi demonstrado.

Em relação a esse último, cabe destacar o papel que a mídia estadual exerce na formação de atitude entre os eleitores sobre a Casa e o trabalho dos deputados. Notícias sobre bons desempenhos dos deputados são capazes de melhorar a avaliação da Casa e do parlamentar.

Por restrições metodológicas não podemos medir quanto do eleitorado paranaense pode ser classificado como cada um dos tipos. Para isso, seria necessária uma pesquisa quantitativa.

Conclusões.

A partir da análise das entrevistas em profundidade com os deputados podemos concluir que os parlamentares agem motivados pela possibilidade de reeleição ou eleição para outro cargo. Para conseguirem tal objetivo, adotam uma atitude parlamentar que visa atender às demandas do seu eleitorado.

Como foi visto, o tipo de estratégia que o deputado prioriza em sua ação parlamentar e o tipo de eleitor que pretende alcançar definem como é a sua dependência em relação à mídia. Os parlamentares assistencialistas tendem a ser radialistas e, por contarem com um canal próprio, comunicam-se diretamente com os seus eleitores. Esses políticos em geral não demonstraram ter um bom relacionamento com a grande imprensa estadual, sendo alvos de notícias negativas e de um suposto descaso. Os deputados assistencialistas que não possuem um canal próprio se ressentem porque não tem espaço na mídia estadual, no entanto, não se vêem dependentes das mesmas. Para eles, importa mais a comunicação no reduto, que pode ser feita pelos assessores, no boca a boca ou na mídia local.

Entre os deputados municipalistas, o uso da mídia local também é mais relevante. Entre eles, há deputados que têm rádios e TVs no interior, assim estes também podem acessar diretamente o seu eleitorado. Já os parlamentares universalistas são os mais dependentes da mídia estadual, pois não tem uma concentração de voto tão focada regionalmente, sendo mais dispersa do que nos demais casos, e precisam alcançar o eleitorado de maneira mais abrangente. Além disso, o benefício que tal parlamentar oferece aos seus eleitores são os seus discursos, suas intervenções sobre temas, projetos e a fiscalização do Executivo. Ou seja, o seu trabalho, precisa ser divulgado pela imprensa para que possa romper as paredes da Assembléia. Na análise das entrevistas dos eleitores, foi possível constatar que o eleitor universalista é também aquele que mais consome informações sobre a ALEP na grande imprensa estadual.

Esse *paper* foi a primeira tentativa de sistematização dos dados levantados. Há ainda um longo caminho pela frente.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Arleth. *Conexão Eleitoral e Atuação Parlamentar* - representantes e bases eleitorais no Maranhão. Tese de doutorado defendida no IUPERJ, em 2005.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp. 1997

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. "Mídia e Accountability: Dimensões e condições da Poliarquia Midiática". *10º Encontro Anual da Compós*, Brasília, GT Comunicação & Política. 2001.

O'DONNELL, Guilherme. "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias", *Lua Nova*, n.º 44, 1998.

MANIN, B; PRZEWORKSKI, A; STOKES, S. "Eleições e representação". São Paulo, *Lua Nova*, nº 67, 2006.

MAYHEW, David. *Congress: The Electoral Connection*. Yale University, 1974.